

UMA HISTÓRIA DA HANSENÍASE ATRAVÉS DA REVISTA HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE – MANGUINHOS

Recebido em: 10/04/2024

Aceito em: 19/03/2025

DOI: 10.25110/akropolis.v32i2.2024-11116



Nicole Rodrigues de Magalhães ¹
Márcia Maria de Medeiros ²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar de que maneira a revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos (HCSM), abordou as questões relativas a hanseníase. A escolha por este periódico se faz pela sua importância no cenário nacional e internacional, já que se constitui em um meio relevante para a divulgação científica sobre inúmeros temas. O método de análise se pautou pelo princípio da revisão narrativa de literatura e usou das prerrogativas da análise do discurso conforme Michel Foucault (1999). O estudo mostra que HCSM é um espaço que cumpre uma função social na luta pela equidade de direitos e defesa da democracia. Além disso, a revista se revela uma fonte significativa de contribuições críticas que promovem a reflexão sobre o processo saúde e doença, no caso específico deste estudo, a hanseníase, oportunizando novos olhares sobre a enfermidade que valorizam outros discursos e possibilitam o rearranjo das formas de cuidado, em uma perspectiva mais humanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Hansen; Saúde; Saúde pública; História natural das doenças.

A HISTORY OF LEPROSY THROUGH THE JOURNAL HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE – MANGUINHOS

ABSTRACT: This article aims to analyze how the journal "História, Ciências, Saúde-Manguinhos" (HCSM) addressed issues related to leprosy. The choice of this journal is due to its importance in the national and international scene, as it constitutes a relevant means for scientific dissemination on numerous topics. The analysis method was based on the principle of narrative literature review and used the prerogatives of discourse analysis according to Michel Foucault (1999). The study shows that HCSM is a space that fulfills a social function in the fight for equity of rights and defense of democracy. Additionally, the journal proves to be a significant source of critical contributions that promote reflection on the health and disease process, in the specific case of this study, leprosy, providing new perspectives on the illness that value other discourses and enable the rearrangement of care forms in a more humanized perspective.

KEYWORDS: Leprosy; Health; Public health; Natural history of diseases.

¹ Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Bolsista CNPq. E-mail: nicolemagalhaes10@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0055-5837>

² Doutorado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Saúde (PPGES/UEMS). Orientadora.

E-mail: marciamaria@uems.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1116-986X>

UNA HISTORIA DE LA LEPROZA A TRAVÉS DE LA REVISTA HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE – MANGUINHOS

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar cómo la revista "História, Ciências, Saúde-Manguinhos" (HCSM) abordó temas relacionados con la lepra. La elección de esta revista se debe a su importancia en el ámbito nacional e internacional, ya que constituye un medio relevante para la difusión científica sobre numerosos temas. El método de análisis se basó en el principio de la revisión narrativa de literatura y utilizó las prerrogativas del análisis del discurso según Michel Foucault (1999). El estudio muestra que HCSM es un espacio que cumple una función social en la lucha por la equidad de derechos y la defensa de la democracia. Además, la revista resulta ser una fuente significativa de contribuciones críticas que promueven la reflexión sobre el proceso de salud y enfermedad, en el caso específico de este estudio, la lepra, proporcionando nuevas perspectivas sobre la enfermedad que valoran otros discursos y permiten el reordenamiento de las formas de atención desde una perspectiva más humanizada.

PALABRAS CLAVE: Lepra; Salud; Salud pública; Historia natural de las enfermedades.

1. INTRODUÇÃO

A hanseníase é uma doença infecciosa e transmissível, causada pelo *Mycobacterium leprae*, um bacilo que afeta nervos periféricos, olhos e pele. A doença pode apresentar caráter crônico e não faz distinção em termos de gênero e faixa etária. De evolução lenta e progressiva, quando tratada tarde (ou não tratada) pode causar deformidades e incapacidades físicas de caráter irreversível (BRASIL, 2023).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2021, 106 países reportaram um total de 140.594 casos novos da doença, o que configura um aumento de 10,2% em relação ao ano de 2020. Os dados da OMS (2022) informam que, na região das Américas, houve um total de 19.826 casos notificados, sendo que o Brasil registra uma incidência de 18.318 desses casos (92,4% do total). Índia, Indonésia e Brasil são os países que mais reportaram novos casos da doença (OMS, 2022).

Diante destes números, é possível afirmar que a hanseníase no Brasil ainda é um problema de saúde pública que exige atenção por parte das autoridades, e de acordo com o Ministério da Saúde (2023), o enfrentamento desse agravão se faz com base na Estratégia Nacional para o Enfrentamento da Hanseníase 2023-2030. Este plano estratégico se propõe a:

- i) reduzir em 55% a taxa de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos de idade até 2030, ii) reduzir em 30% o número absoluto de casos novos com GIFT 2 no diagnóstico até 2030 e iii) dar providência a 100% das manifestações sobre práticas discriminatórias em hanseníase registradas nas Ouvidorias do Sistema Único de Saúde (SUS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023, p. 7).

Na opinião de Mendonça e colaboradores (2022), a pandemia de Covid-19 contribuiu para a dificuldade em diagnosticar novos casos de hanseníase, além de trazer prejuízo às pessoas enfermas em tratamento. Desse processo desencadeado pela pandemia duas consequências se desenham: o fato de que os números apresentados pelo Ministério da Saúde podem estar defasados em virtude da subnotificação; e a piora no quadro e no prognóstico dos indivíduos em tratamento (DOS REIS *et al.*, 2022).

Considerando este quadro, é que nasce a pergunta de pesquisa que movimenta este artigo: de que maneira a Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos (HCSM) abordou em suas páginas questões referentes à hanseníase? A escolha pelo estudo deste periódico se deu pelo fato de que a revista em tela se constitui em importante meio de divulgação da ciência no Brasil, tornando-se referência no que diz respeito às questões de saúde em âmbito nacional.

O artigo está dividido em quatro momentos distintos: o primeiro dedica-se a trazer alguns elementos sobre a história da HCSM, resgatando sua relação com o movimento da Reforma Sanitária e seu posicionamento em prol da valorização da ciência e da pesquisa na América Latina. No segundo momento, o trabalho irá apresentar aspectos específicos sobre a metodologia utilizada para a análise do material. No terceiro momento, registram-se os achados da pesquisa e se discutem os principais resultados obtidos. Por fim serão apresentadas as considerações finais sobre o trabalho.

2. REVISTA HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE – MANGUINHOS: percurso histórico

A primeira edição da HCSM foi lançada em 26 de julho de 1994, como iniciativa da Casa Oswaldo Cruz (COC) (BENCHIMOL *et al.*, 2007). Para o entendimento da trajetória do periódico, utilizou-se, sobretudo, uma série de cartas lançadas pelo (s) editor (es) ou editores (as) convidados (as) desde sua inauguração. Estas cartas sintetizam as principais publicações, conquistas e particularidades de cada edição, o que permite uma análise dos assuntos abordados e estabelece uma comunicação mais próxima da equipe editorial com o público.

O escopo da revista está diretamente ligado à COC, uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, que busca honrar a memória da instituição através da pesquisa, ensino, documentação e

difusão da história da saúde pública e das ciências da saúde no Brasil (BENCHIMOL *et al.*, 2007; MARTINS; BENCHIMOL, 2003).

Fundada em 1986, a unidade está inserida no contexto da Reforma Sanitária, movimento de oposição à ditadura militar brasileira (1964-1985) que se articulava em prol da reforma do sistema de saúde e da redemocratização do Estado. O movimento sanitário gerou uma ampla discussão quanto aos conceitos de saúde e doença e às políticas de saúde pública, o que culminou na inclusão da saúde como direito social e dever do Estado na Constituição de 1988 (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

Tendo isso em vista, a COC difunde a perspectiva social e histórica da saúde e a superação do modelo biomédico, a partir do reconhecimento de que as condições de saúde são determinadas por fatores que ultrapassam os saberes biológicos (BENCHIMOL *et al.*, 2007). É neste cenário que surgiu a HCSM, uma revista de caráter interdisciplinar e consagrada por sua alta qualidade, que visa ampliar o debate acerca da história das ciências, especialmente as ciências da vida (BENCHIMOL, 2000).

Inicialmente com periodicidade quadrimestral, HCSM tornou-se trimestral em 2006 e adotou a modalidade de publicação contínua em 2023 (SCIELO, 2023). A coleção completa do periódico, que inclui artigos em português, inglês e espanhol, encontra-se disponível gratuitamente no site SciELO nas categorias de ciências da saúde e ciências humanas desde 2006 (BENCHIMOL, 2007a; CUETO; DA SILVA, 2019; MARTINS, 2006).

Ao longo dos anos, a revista atingiu elevado alcance, impacto e credibilidade no meio acadêmico, pois preza pela originalidade, valor histórico e coerência dos artigos aceitos (CUETO; DA SILVA, 2019). Isso se confirma pela classificação, mantida desde 2007, como A1 nos campos de História, Sociologia, Educação e Interdisciplinar pelo sistema Qualis-Capes (quadriênio 2017-2020), e pela indexação às maiores bases de dados internacionais, como Pubmed-Medline e Scopus (DA SILVA; AULER; DA SILVA, 2018).

Desde seu lançamento, o periódico pretende fortalecer o elo entre a história e a medicina, assim como o senso crítico dos leitores quanto às maneiras de analisar o passado, considerando o papel da história na compreensão das implicações dos fatos históricos sobre a realidade atual (BENCHIMOL, 2007b; CUETO, 2013; DE PAULA, 1994; PENIDO, 2007). Desse modo, as publicações enaltecem os dados originais que serviram de fonte para pesquisa, como a história oral, já que muitos artigos versam sobre

a doença enquanto um fenômeno subjetivo e individual que só pode ser expresso a partir das vivências das pessoas enfermas (BENCHIMOL, 1997; DE PAULA, 1994).

Apesar do destaque aos saberes biomédicos, HCSM não se limita ao âmbito da saúde, com o intuito de aproximar os temas do nome que a compõe (DE PAULA, 1994). Logo, reúne o trabalho de pesquisadores de diversas áreas, incluindo historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, geógrafos, médicos, epidemiologistas, educadores, gestores de saúde, etc. (CUETO; DA SILVA, 2016; DRUMMOND, 2000; ROBERTSON, 2003).

Um dos diferenciais do periódico é a diversidade temática e metodológica, com as seguintes seções: Análise, Depoimentos, Imagens, Fontes, Debate, Nota de Pesquisa, Revisão Historiográfica, Resenhas e Cartas (HOCHMAN *et al.*, 2002; SCIELO, 2023). Dentre os assuntos abordados, ressalta-se a saúde pública do Brasil, história da saúde latino-americana e global, medicina tropical, saúde mental, divulgação científica, raça e miscigenação, gênero, meio ambiente e museus, além do debate sobre enfermidades como hanseníase, tuberculose, HIV/AIDS, gripe espanhola, poliomielite e varíola (BENCHIMOL *et al.*, 2007).

Nesse sentido, HCSM evidenciou a divulgação científica, atuando em defesa da ciência e da pesquisa histórica em saúde devido à situação incipiente dessas questões no contexto latino-americano durante os anos que compreenderam a década de 1990 (GADELHA, 1996). Essa ênfase temática valorizou o papel da divulgação das ciências na democratização do acesso ao conhecimento científico, com o objetivo de que a população em geral conhecesse estudos sobre diversas problemáticas que a atingia (HOCHMAN *et al.*, 2002). Para tal fim, estreou os perfis nas redes sociais em 2013, com uma linguagem acessível e versões bilíngues, já que a maioria do público leitor é composta por pesquisadores, acadêmicos e/ou profissionais da saúde (BENCHIMOL *et al.*, 2007; CUETO; DA SILVA, 2019).

Ademais, a revista tem abrangência tanto nacional quanto internacional. A partir da trajetória de atores sociais locais historicamente marginalizados e silenciados, os artigos reconhecem o protagonismo brasileiro e demonstram a importância de escutar vozes negligenciadas, sobretudo do norte e nordeste (LIMA; KROPP; SANTOS, 1998; MAIO; DRUMMOND, 2000). Simultaneamente, HCSM promove a troca de saberes entre pesquisadores brasileiros e de outros países, como Portugal, Argentina, Estados Unidos e Espanha por meio da colaboração científica com instituições acadêmicas

estrangeiras que compartilham os mesmos interesses (DA SILVA; AULER; DA SILVA, 2018; DA SILVA; CUETO, 2016; MARTINS; BENCHIMOL, 2003).

Outra particularidade é a publicação de dossiês, que são produzidos a partir de eventos promovidos pela COC e se distinguem dos demais números do periódico. Assim, apresentam o estado da arte de questões em debate para aumentar a visibilidade destas, por exemplo: darwinismo, história da imunização no Brasil, câncer, políticas assistenciais no Brasil e na América Latina e eugenia latina (BENCHIMOL, 2000, 2001; BENCHIMOL *et al.*, 2007; SANTOS, 2010; VIMIEIRO-GOMES; WEGNER; DE SOUZA, 2016).

Através dos dossiês, o periódico traz temas, eventualmente controversos, de interesse tanto acadêmico quanto popular a fim de ampliar o público-alvo e estimular o debate, a reflexão e a produção de conhecimento, especialmente a pesquisa historiográfica (BENCHIMOL, 2000; CUETO, 2013; DE PAULA, 1995; HOCHMAN *et al.*, 2002). Particularmente em 2003, foi lançado um dossiê sobre a história da hanseníase que reunia os trabalhos apresentados no 16º Congresso Internacional da Lepra, realizado em 2002, na cidade de Salvador, Brasil (BENCHIMOL *et al.*, 2007; ROBERTSON, 2003).

Por meio do *Global Project on the History of Leprosy da International Leprosy Association* (ILA), o congresso discutiu a história da hanseníase pela primeira vez, o que demonstrou que, apesar do avanço no controle da enfermidade, sua perspectiva histórica era, até então, negligenciada na esfera da medicina (ROBERTSON, 2003). Com a iniciativa, buscava-se criar e manter um banco de dados sobre a história da doença para atender a comunidade científica das ciências humanas e da saúde através da busca e do registro de arquivos sobre a hanseníase, inclusive documentos privados de profissionais que tiveram contato com a doença e das memórias de pessoas atingidas por ela (ROBERTSON, 2003).

De acordo com a carta do editor desta edição especial, os trabalhos do projeto:

Refletem o mistério, o drama e a tragédia que têm sido parte integrante dessa história, inclusive as tentativas de cultivo do bacilo, as incertezas quanto a seus mecanismos de transmissão, os problemas decorrentes das representações associadas à lepra, a história dos leprosários, as relações entre política e medidas sanitárias de controle da doença e o ponto de vista de seus portadores. [...] Esperamos que este número de *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* revele algo da extraordinária trajetória da doença, compense, em alguma medida, o silenciamento milenar das vozes dos que conviveram e convivem com ela, e estimule os historiadores da medicina e da saúde pública a investigarem esta história (ROBERTSON, 2003, p. 1-2).

Outro detalhe importante é que os aspectos históricos da saúde mental e psiquiatria – tema amplamente discutido nas publicações do periódico – remetem ao sistema de exclusão social da hanseníase, uma vez que os manicômios, assim como os leprosários ou hospitais-colônia, também funcionavam como “depósito de doentes” e possuíam amplo respaldo da sociedade para serem mantidos (AZEVEDO *et al.*, 2008; BENCHIMOL, 2005, 2010).

Portanto, HCSM defende que a ciência é imprescindível para evitar que os problemas inerentes ao âmbito da saúde se repitam e cumpre um papel social na luta por um futuro mais justo, igualitário e democrático, o que remete à sua ligação com a COC e, logo, ao movimento sanitarista. Embora o meio científico da América Latina, especificamente o Brasil, tenha enfrentado dificuldades políticas e financeiras, como o crescimento do negacionismo científico e o corte de recursos advindos do CNPq, os artigos têm seguido a regularidade e qualidade características da revista (CUETO; DA SILVA, 2019; DA SILVA; CUETO, 2016).

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se pela realização de uma revisão narrativa de literatura. ROTHER (2007) entende que os artigos de revisão narrativa se caracterizam por possuírem um recorte amplo, objetivando descrever e discutir sobre o estado da arte em relação a um determinado assunto, a partir de um ponto de vista cujo caráter é teórico ou então, inerente ao contexto do qual o trabalho trata.

Neste artigo, faz-se uma análise a partir do contexto, tendo por base de dados as publicações da HCSM feitas nos últimos 20 anos e que tivessem o termo hanseníase como palavra-chave. A busca reverteu em um total de 14 trabalhos publicados, dos quais foram extraídos os objetivos, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho e os principais resultados. Os achados da pesquisa foram estudados a partir da perspectiva foucaultiana relativa à análise do discurso (FOUCAULT, 1999).

FOUCAULT (1999) entende que uma dada sociedade, ao mesmo tempo em que produz discursos que a determinam, acaba sofrendo influência desses mesmos discursos que surgem como elementos controladores dos procedimentos que os sujeitos devem adotar enquanto norma para a vida naquela comunidade. Entre os discursos elencados pelo pensador como discursos normativos, estão aqueles advindos das ciências médicas. Daí a importância de compreender como se constroem narrativas em relação a hanseníase

e quais as perspectivas que estas narrativas apontam, por exemplo, no sentido do tratamento e da inserção das pessoas doentes no contexto social.

Outro ponto salientado por Foucault como elemento fundamental na produção dos discursos é o que o autor irá chamar de “suporte institucional da vontade de verdade” (FOUCAULT, 1999, p. 17). De acordo com o autor, esse suporte é alicerçado em um conjunto de práticas como o sistema de ensino (entendido aqui como o espaço escolar em todos os seus níveis); as publicações de livros e o ambiente dos laboratórios (FOUCAULT, 1999).

O fazer científico permeia todas essas instâncias, sendo, portanto, um apoio fundamental ao suporte institucional preconizado por Foucault. Assim, infere-se sobre a necessidade de que esse sistema precisa ser estudado pois é partir dele que uma sociedade constrói o conhecimento que é “[...] valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1999, p. 17) às mais diferentes instâncias, norteando inclusive a construção de políticas públicas como a Estratégia Nacional para o Enfrentamento da Hanseníase 2023-2030, citada na introdução deste artigo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos 20 anos HCSM publicou 14 trabalhos sobre a hanseníase assim divididos: 7 artigos foram publicados no ano de 2003 (50%); 3 artigos no ano de 2009 (21,43%); 2 artigos em 2015 (14.28%); 1 artigo em 2016 (7,14%) e 1 artigo em 2019 (7.14%). Todos os artigos estudados optaram por se utilizar da pesquisa qualitativa como apporte para as suas análises, variando no que se refere ao caminho escolhido para consubstanciar o estudo proposto. Destarte, apresentam-se 5 trabalhos que se baseiam em pesquisa documental e bibliográfica (35,71%), 6 artigos se pautaram na entrevista conjugando recursos como história oral e trajetória de vida (42,85%), 1 artigo articulou sua proposta a partir da performance teatral (7,14%), 1 trabalho teve como apporte a linguística para articular a sua problematização (7,14%) e 1 trabalho analisa uma obra fundamentada em pesquisa histórica (7,14%).

AUTORES	ANO DA PUBLICAÇÃO	METODOLOGIA
Benchimol, J. L. <i>et al.</i>	2003	Pesquisa Documental
Maciel, L. R. <i>et al.</i>	2003	História Oral

Monteiro, Y. N.	2003	Pesquisa Documental ¹
Moreira, T. A.	2003	Depoimento
Oliveira, M. L. W.-. Del.-R. de. <i>et al.</i>	2003	Entrevista ²
Sarno, E. N.	2003	Depoimento
White, C.	2003	História de Vida
Castro, S. M. S. de; Watanabe, H. A. W.	2009	História de Vida
Leandro, J. A.	2009	Pesquisa Bibliográfica
Mellagi, A. G.; Monteiro, Y. N.	2009	Depoimento
Faria, L.; Santos, L. A. de C.	2015	Resenha ³
Schweickardt, J. C.; Xerez, L. M. de.	2015	Pesquisa Documental
Genovez, P. F.; Pereira, F. R.	2016	Metáfora Teatral ⁴
Porto, C. L.	2019	Pesquisa Documental

Fonte: pesquisa dos autores, 2023.

Observa-se no contexto dos artigos estudados que o trabalho de alguns pesquisadores se dispõe a promover uma síntese de conhecimento sobre a hanseníase tendo por base outros documentos que se propuseram a refletir sobre o assunto (FARIA; SANTOS, 2015). Neste sentido, percebe-se que a pesquisa de caráter histórico e bibliográfico auxilia no entendimento dos avanços científicos que possibilitaram maior compreensão em relação a doença, ao mesmo tempo em que se observa no contexto, a construção de um padrão discursivo (FOUCAULT, 1999) sobre a mesma no sentido de criar normas de comportamento e controle com base na ciência.

Em vista disso, a figura coletiva e histórica da “lepra” alicerça a imposição de condutas e características inerentes ao doente, o tornando passível de culpa, dor, sofrimento e isolamento. Segundo Genovez e Pereira (2016, p. 391), “a doença carrega consigo o estigma bíblico e, portanto, está associada ao pecado, à sujeira [material e moral do indivíduo] e à corrupção”.

A concepção do doente enquanto “encarnação do mal” foi imprescindível para a consolidação de medidas repressivas e excludentes que pretendiam invisibilizar e destituir essas pessoas do direito à vida e à participação na sociedade, sob o pretexto de proteção da sociedade sadia (MONTEIRO, 2003). É possível constatar que, a partir desse processo de desumanização após o adoecimento, julga-se como ideal retirar o corpo do “leproso” do meio social e o desapossar de sua identidade e laços afetivos, o que simboliza a “morte antes da morte” (PORTO, 2019).

Neste sentido, Foucault (1999) nos mostra como os padrões discursivos constroem percepções sobre o ser social. No caso específico dos doentes de hanseníase, esse ser social era obliterado e reprimido, no sentido de ser afastado da coletividade pela ameaça que a doença representava e cujo aporte está posto na trajetória histórica já que o texto bíblico (portanto, o discurso religioso) serve como um dos elementos que justifica a exclusão. Os trabalhos Monteiro (2003), Genovez e Pereira (2016) e Porto (2019) evidenciam de forma potente como esse discurso é articulado, constituindo em fonte de reflexão sobre o tema.

Há consenso entre os estudos que a profilaxia da hanseníase se fundamentava no isolamento compulsório, endossado pelos congressos internacionais como o único meio capaz de impedir a propagação da doença. Os artigos de Monteiro (2003) e de Schweickardt e Xerez (2015) apontam que havia duas vertentes em relação ao isolamento: a humanista, que sugeria o isolamento domiciliar ou em pequenas colônias apenas nos casos mais graves; e a isolacionista, que defendia o isolamento de todos os portadores da doença em hospitais-colônia, além do monitoramento e tratamento de todas a pessoas que tivessem tido contato com eles. Dentro da vertente isolacionista, a favor da internação compulsória, havia grupos ainda mais radicais que propunham o sequestro de doentes ou até mesmo a criação de um município destinado ao confinamento dos “leprosos” (MONTEIRO, 2003).

Inicialmente, o isolamento era realizado apenas nas regiões endêmicas, com o apoio de organizações filantrópicas e religiosas, em pequenas instituições que não dispunham de recursos e condições físicas adequadas para atender as demandas locais, servindo apenas como moradia aos doentes sem apoio familiar e/ou poder aquisitivo para evitar as repercussões vexatórias da doença (FARIA; SANTOS, 2015; LEANDRO, 2009; MONTEIRO, 2003; SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015). Como essas instituições não supriam as necessidades básicas das pessoas enfermas, muitos delas, afigidos pela marginalização social, as deixavam para mendigar nas ruas (MONTEIRO, 2003). A presença de “leprosos” nas cidades e rodovias desagradava a população, que clamava pela remoção dos doentes do convívio social (LEANDRO, 2009; MONTEIRO, 2003).

Percebe-se pela lógica trazida pelos estudos acima mencionados que a violência era uma marca que tangenciava esses corpos, carregando-os de estigmas e promovendo sobre eles uma vigilância, já que eles não eram considerados corpos úteis para a sociedade. Desta maneira, evidencia-se que os artigos percebem a influência da

biopolítica (FOUCAULT, 2010) sobre esses sujeitos, desumanizando-os e levando-os à condição de “corpo-espécie” (FURTADO, CAMILO, 2016).

No entanto, a criação de estratégias de controle da doença pelo Estado só ocorreu após o reconhecimento da hanseníase como um problema de saúde pública. Para isso, o movimento sanitarista se empenhou na divulgação da “lepra” como flagelo nacional, com base no atraso do progresso econômico do país decorrente do adoecimento da população e, logo, da redução da mão de obra, culpabilizando as camadas sociais mais vulneráveis pelo alastramento da doença (FARIA; SANTOS, 2015). Assim, as políticas públicas de combate à hanseníase foram estruturadas, em âmbito nacional, com a inauguração da Inspetoria de Lepra e Doenças Venéreas em 1920. As medidas profiláticas incluíam a obrigatoriedade do isolamento e da notificação da doença e a promoção da higiene e do cuidado com o ambiente através de campanhas de conscientização quanto aos possíveis meios de transmissão (FARIA; SANTOS, 2015; MONTEIRO, 2003; PORTO, 2019; SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015).

O trabalho de Maciel *et al.* (2003) afirma que a Inspetoria não cumpriu com a sua responsabilidade de fiscalização da implementação dessas políticas pelos governos estaduais. Desse modo, em alguns estados, como o Maranhão, outros preceitos como a moralidade e a privação do comércio com “leprosos” basearam políticas mais extremas (LEANDRO, 2009). Já no Amazonas, outra pesquisa sugere que o tom alarmista visava fomentar a consolidação das ações profiláticas e da participação popular no combate à doença (SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015).

Apesar da Inspetoria ter adotado o isolamento seletivo, a falta de um sistema de acompanhamento dos doentes e o temor da população quanto aos casos assintomáticos corroboraram para a predominância do isolamento amplo (SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015). Em 1935, com a criação do Plano Nacional de Combate à Lepra, as políticas de profilaxia da hanseníase foram organizadas no tripé leprosário-preventório-dispensário (CASTRO; WATANABE, 2009; MELLAGI; MONTEIRO, 2009; PORTO, 2019). Esse regime de exclusão seguiu o modelo paulista, crucial para entendermos a história da hanseníase no Brasil, conforme indica o artigo de Monteiro (2003).

A estrutura de isolamento de São Paulo levou à formação de um “Estado paralelo”, que persistiu até 1967 e tornou-se uma referência nacional e internacional para as políticas de saúde da hanseníase no século XX. A partir da lei nº. 2.416/1929, fundou-se um forte sistema de segregação e controle dos doentes, desde o diagnóstico até a morte, bem como

das pessoas a eles associadas. Essas pessoas, assim que adquiriam a suspeita da doença, eram levadas pela Guarda Sanitária aos grandes asilos-colônia, independentemente do risco de contágio, da manifestação clínica ou do estágio da doença (CASTRO; WATANABE, 2009; MONTEIRO, 2003). O próprio percurso dos doentes ilustrava sua “morte” para o mundo sadio, sendo levados em uma espécie de caixão (WHITE *et al.*, 2003) ou aguardando pelo transporte em um necrotério (CASTRO; WATANABE, 2009).

Os hospitais-colônia funcionavam como pequenas cidades fechadas e autossuficientes, distantes dos centros urbanos. Eram povoadas a partir da internação em massa e divididas em diferentes zonas que impediam o contato entre sadios e doentes, onde um novo mundo – centralizado na doença – foi construído (MONTEIRO, 2003; WHITE, 2003). Nessas colônias, havia vigilância constante e aplicação de punições no caso de descumprimento das normas internas, sobretudo a tentativa de fuga, que era passível de encarceramento (MELLAGI; MONTEIRO, 2009; MONTEIRO, 2003). Ademais, os enfermos eram destituídos do direito de cuidar e conviver com os filhos, que eram levados logo após o nascimento aos preventórios, sem qualquer preocupação do Estado quanto às sequelas psicossociais dessa medida, considerada eficiente na interrupção do ciclo de transmissão da doença (CASTRO; WATANABE, 2009; SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015).

Logo, o discurso e as ações do modelo paulista pautavam-se no controle do doente e desconsideravam a necessidade de melhoria das condições de vida da população, mesmo em áreas infectadas. Isso só foi possível porque o estado dispunha de poder e financiamento suficientes, oriundos de um amplo apoio político, para implementar medidas tão coercitivas e restritivas (MONTEIRO, 2003). Nessa perspectiva, tanto o estudo de White *et al.* (2003) e de Leandro (2009) apontam que as instituições pretendiam atender interesses políticos que não se resumiam à retirada dos doentes da sociedade, incluindo a realização de testes com medicamentos sem o consentimento dos mesmos.

Com o intuito de legitimar tais medidas, a imprensa divulgava a “lepra” como uma “ameaça” à sociedade e os hospitais-colônia como um tipo de “cidade jardim” ou “paraíso profilático”, ocultando a precariedade, superlotação e repressão institucionais (PORTO, 2019, MONTEIRO 2003). Assim, nota-se a influência dos meios de comunicação – que, no Maranhão, reforçavam a desumanização dos doentes ao referir-se a eles como “mortos vivos” (LEANDRO, 2009) – no interesse e apoio da população às políticas isolacionistas.

Esses desdobramentos das medidas de segregação ancoravam-se nos conhecimentos biomédicos sobre a doença, objeto de análise de Sarno (2003) e de Moreira (2003). Outros registros da época demonstram que os “leprosos” eram vistos como pessoas desesperançosas e lastimosas pelos médicos (SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015), de modo que os numerosos pedidos de desculpa e a autopercepção como um “eterno doente” expressos nas correspondências avaliadas no trabalho de Benchimol *et al.* (2003) montam uma imagem carregada de culpa e frustração.

Conforme o estudo de Porto (2019), os documentos históricos retratam o que é lembrado e silenciado sobre a vida nessas instituições, de maneira que os relatos de ex-internos permitem que a história da hanseníase também seja contada a partir de suas vivências e não apenas das fontes oficiais da época, como um mecanismo de resistência (CASTRO; WATANABE, 2009). Assim, os artigos de Maciel *et al.* (2003), de Mellagi e Monteiro (2009) e de Porto (2019) ressaltam que as pessoas enfermas buscaram maneiras de lidar, ressignificar e criticar a vida em isolamento, por exemplo, através do trabalho e a religiosidade.

Esse processo enunciado pelos estudos em tela, marca a premissa do que Foucault (1990) anuncia como sendo a abertura de interstícios, ou seja, espaços que emergem através das estruturas de poder e de controle, através dos quais as resistências se tornam uma possibilidade efetiva, permitindo que os sujeitos construam mecanismos que subvertem as interdições.

Em contraponto à imagem idealizada das colônias, pesquisas baseadas nas memórias de ex-internos evidenciam que as instituições serviam como “depósito de doentes”, lugares nos quais eram deixados para sofrer até a morte, de modo que a internação foi uma experiência traumática tanto para eles quanto para seus familiares, também atingidos pelo estigma (MACIEL *et al.*, 2003; MELLAGI; MONTEIRO, 2009). De acordo com o estudo de Genovez e Pereira (2016), até mesmo na Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), que proporcionava acolhimento aos doentes, as relações de poder entre profissionais e internos manifestavam-se em fronteiras excludentes na esfera física e social.

A partir dos espaços intersticiais, surgem novos discursos que promovem a ruptura com o discurso tido por oficial e que pode ser percebido nos artigos estudados como sendo o discurso biomédico e mesmo o discurso midiático (FOUCAULT, 1999). Assim, os trabalhos publicados em HSCM permitem a compreensão de uma crítica social em

relação ao cotidiano dos doentes de hanseníase pois abrem espaço para a menção das suas subjetividades e percepções em relação a doença, de certa forma tornando-os protagonistas de si (FOUCAULT, 1990).

Apesar da suposta proibição e da falta de qualquer respaldo científico, o isolamento compulsório só foi formalmente revogado no Brasil com a lei nº 988/1962 (MACIEL *et al.*, 2003). Porém, muitas instituições o mantiveram por mais de uma década, impossibilitando a recuperação ocupacional, readaptação e reintegração social dos ex-portadores da hanseníase, internados ou não (LEANDRO, 2009; Porto, 2019). Conforme as recomendações da portaria nº 165/1976 do MS, os hospitais-colônia foram desativados no país (SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015). Todavia, a vulnerabilidade socioeconômica de boa parte dos doentes era tão exacerbada que as antigas colônias representavam um meio de acesso a serviços básicos e de escape à discriminação e ao abandono nas ruas, justificando a permanência de muitos deles (CASTRO; WATANABE, 2009; MACIEL *et al.*, 2003; PORTO, 2019).

Devido à perda do vínculo com o mundo sadio e da possibilidade de recuperar a identidade anterior à doença, muitos ex-internos mantiveram um sentimento de pertencimento à instituição (SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015; WHITE, 2003), o que é exemplificado pela fala de um dos residentes que planejava ser sepultado no cemitério da colônia (CASTRO; WATANABE, 2009). Alguns residentes também expressavam certo saudosismo quanto ao antigo funcionamento da colônia, espaço no qual as condições de vida eram relativamente suficientes e agradáveis (CASTRO; WATANABE, 2009).

As perspectivas indicadas pelos estudos acima mencionados anuem com a percepção foucaultiana do corpo que aparece docilizado (FOUCAULT, 1976, 2010) ou seja, um corpo que foi subjugado pelas tecnologias e operações promovidas pelo processo que envolve a construção das dinâmicas das relações de poder, processo do qual depende o que Furtado e Camilo (2016) compreenderão como sendo a “anátomo-política do corpo humano” (FOUCAULT, 1976, 2010).

O país levou 10 anos para adotar, como padrão, o esquema terapêutico comprovado cientificamente desde a década de 1980 e recomendado pela OMS (MOREIRA, 2003; SARNO, 2003). Essa década foi palco de outros fatos marcantes na história da doença, sendo eles a substituição do termo “lepra” por “hanseníase” e a formação do atual Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) (MACIEL *et al.*, 2003). O MORHAN foi um dos principais responsáveis

pela mudança da nomenclatura da doença, instituída pela lei nº 9.010/1995 para minimizar o estigma (OLIVEIRA *et al.*, 2003).

Atualmente, a divulgação de informações básicas sobre a hanseníase pelo MS ainda é insuficiente, pois houve uma única campanha de conscientização em massa acerca dessa mudança (OLIVEIRA *et al.*, 2003). Os artigos de Oliveira *et al.* (2003) e de Mellagi e Monteiro (2009) defendem que a substituição do termo não impactou na desconstrução do estigma, pois o conceito estereotipado da “lepra” permanece no imaginário coletivo em virtude de suas raízes sociais, culturais e históricas. Por outro lado, na entrevista de Moreira (2003), defende-se que a troca da nomenclatura da doença traz uma nova percepção sobre a doença, pois a população julga a “lepra” como uma doença associada a deformidades e amputações, já a hanseníase como uma nova doença de pele que pode ser tratada e curada.

De qualquer forma, essa tentativa de “apagar” a imagem coletiva da doença apenas corrobora a invisibilização dos pacientes, pois é comum que os mesmos desconheçam a própria condição, mesmo que em tratamento (OLIVEIRA *et al.*, 2003; MELLAGI; MONTEIRO, 2009). Em vista disso, o artigo de Maciel *et al.* (2003) destaca a necessidade de transformações profundas na sociedade para a promoção da inclusão e integração das pessoas com hanseníase, visando restaurar a dignidade desses indivíduos e não apenas alterar a forma de se referir à doença.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela demonstrou que a HCSM se coloca como um espaço de defesa da ciência e cumpre uma função social na luta pela equidade de direitos e em defesa de democracia, herança que ela traz desde o contexto da reforma sanitária, momento histórico em que foi gestada.

Some-se a isso o fato de que a revista é um importante meio de divulgação científica, contribuindo para o estudo e para a construção do conhecimento na área da saúde, ressaltando a importância da correlação da mesma com outros campos do saber. Observamos assim, que HCSM se propõe a compreensão do conceito de saúde e doença como algo que se define não somente pelas perspectivas biomédicas e tecnicistas, mas também por elementos como cultura, política e fatores sociais e econômicos. Isso ressalta a ideia de interdisciplinaridade que a revista defende e pontua.

Quanto aos estudos que foram selecionados para a composição desta pesquisa, é possível inferir que os mesmos possuem um alto grau de criticidade, propiciando um debate profundo e uma potente reflexão sobre a hanseníase, o papel das políticas de saúde no sentido do combate à doença e sobre o lugar do Estado nesta discussão.

Os textos inferem que o isolacionismo e a violência foram os meios encontrados pelo Estado como forma de controle da hanseníase sem que, necessariamente, medidas de caráter profilático fossem tomadas para atuar no sentido de promover o cuidado e a saúde das pessoas doentes. Esse processo é resultado de um contexto histórico cujas raízes podem ser encontradas na antiguidade clássica, já que os estudos remetem ao texto bíblico como uma das fontes discursivas que anuncia o cuidado a essas pessoas, o que indica que os princípios que articulavam esse cuidado vinham das lógicas propostas em livros como o Levítico.

Nota-se que os artigos selecionados se constituem em uma fonte importante para a compreensão da hanseníase a partir de uma perspectiva humanista e que valoriza o processo histórico que acompanha essa doença e as representações que se construíram em torno dela. Esse tipo de análise é de fundamental importância para a promoção de novas percepções sobre a enfermidade e sobre as pessoas acometidas por ela, produzindo novos discursos e formas de saber que sejam mais humanizados e promovam melhora na qualidade de vida desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, N. *et al.* Carta dos editores convidados. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 15, p. 7-10, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500001>. Acesso em: 19 out. 2023.
- BENCHIMOL, J. L. Carta do Editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 4, n. 2, p. 213-216, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000200001>. Acesso em: 19 out. 2023.
- BENCHIMOL, J. L. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 7, n. 2, p. 247-248, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-5970200000300001>. Acesso em: 19 out. 2023.
- BENCHIMOL, J. L. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 8, n. 3, p. 503-504, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000400001>. Acesso em: 19 out. 2023.

BENCHIMOL, J. L. *et al.* Luta pela sobrevivência: a vida de um hanseniano através da correspondência com Adolpho Lutz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 361-396, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400017>. Acesso em: 05 set. 2023.

BENCHIMOL, J. L. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 243-246, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000200001>. Acesso em: 19 out. 2023.

BENCHIMOL, J. L. *et al.* História, Ciências, Saúde - Manguinhos: um balanço de 12 anos de circulação ininterrupta. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 14, n. 1, p. 221-257, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000100011>. Acesso em: 19 out. 2023.

BENCHIMOL, J. L. Carta ao Editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 14, n. 3, p. 671-674, 2007a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000300001>. Acesso em: 19 out. 2023.

BENCHIMOL, J. L. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 14, n. 4, p. 1107-1108, 2007b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000400001>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico: Hanseníase 2023**. Número Especial. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim_hansenise-2023_internet_completo.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

CASTRO, S. M. S.; WATANABE H. A. W. Isolamento compulsório de portadores de hanseníase: memória de idosos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 2, p. 449-487, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000200010>. Acesso em: 05 set. 2023.

CUETO, M. Carta del editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 20, n. 3, p. 739-740, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-597020130003000001>. Acesso em: 19 out. 2023.

CUETO, M.; SILVA, A. F. C. DA. Carta de los editores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 23, n. 1, p. 7-10, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000100001>. Acesso em: 19 out. 2023.

CUETO, M.; SILVA, A. F. C. DA. História, Ciências, Saúde – Manguinhos: 25+. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 26, n. 2, p. 375-378, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000200001>. Acesso em: 19 out. 2023.

FARIA, L.; SANTOS, L. A. DE C. A hanseníase e sua história no Brasil: a história de um “flagelo nacional”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 22, n. 4, p. 1491-

1495, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400016>. Acesso em: 05 set. 2023.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.**, Fortaleza , v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 dez. 2023. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5 ed, São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: A vontade de saber (Vol. 1). São Paulo: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, M. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, 84(2), 35-63, 1990.

GADELHA, P. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 3, n. 1, p. 5-6, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701996000100001>. Acesso em: 19 out. 2023.

GENOVEZ, P. F.; PEREIRA, F. R. O “drama” da hanseníase: Governador Valadares, as políticas públicas de saúde e suas implicações territoriais na década de 1980. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 23, n. 2, p. 379-396, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000200004>. Acesso em: 05 set. 2023.

HOCHMAN, G. *et al.* Carta dos editores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 9, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000400001>. Acesso em: 19 out. 2023.

LEANDRO, J. A. A hanseníase no Maranhão na década de 1930: rumo à Colônia do Bonfim. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 2, p. 433-447, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000200009>. Acesso em: 05 set. 2023.

LIMA, N. T.; KROPF, S. P.; SANTOS, R. V. Carta dos Editores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 5, p. 7-11, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000400001>. Acesso em: 19 out. 2023.

MACIEL, L. R. *et al.* Memories and history of Hansen's disease in Brazil told by witnesses (1960-2000). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 308-336, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400015>. Acesso em: 05 set. 2023.

MAIO, M. C.; DRUMMOND, J. A. Carta dos editores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6, p. 745-749, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000500001>. Acesso em: 19 out. 2023.

MARTINS, R. B. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 791-792, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000400001>. Acesso em: 19 out. 2023.

MARTINS, R. B.; BENCHIMOL, J. L. Carta do Editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, n. 3, p. 790-790, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300001>. Acesso em: 19 out. 2023.

MELLAGI, A. G.; MONTEIRO, Y. N. O imaginário religioso de pacientes de hanseníase: um estudo comparativo entre ex-internos dos asilos de São Paulo e atuais portadores de hanseníase. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 2, p. 489-504, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000200011>. Acesso em: 05 set. 2023.

MENDONÇA, I. M. S. *et al.* Impacto da pandemia de Covid-19 no atendimento ao paciente com hanseníase: estudo avaliativo sob a ótica do profissional de saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e4111225459, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25459>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MONTEIRO, Y. N. Prophylaxis and exclusion: compulsory isolation of Hansen's disease patients in São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 95-121, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400005>. Acesso em: 05 set. 2023.

MOREIRA, T. A. Panorama sobre a hanseníase: quadro atual e perspectivas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 291-307, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400014>. Acesso em: 05 set. 2023.

SARNO, E. N. A hanseníase no laboratório. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 277-290, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400013>. Acesso em: 05 set. 2023.

OLIVEIRA, M. L. W.-. DEL .-R. DE. *et al.* Social representation of Hansen's disease thirty years after the term 'leprosy' was replaced in Brazil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 41-48, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400003>. Acesso em: 05 set. 2023.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Global leprosy (Hansen disease) update, 2021: moving towards interruption of transmission. **Weekly Epidemiological Record**, n. 36, p. 429-450, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-wer9736-429-450>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 15-36, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PAULA, S. G. DE. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 1, n. 1, p. 5-5, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701994000100002>. Acesso em: 19 out. 2023.

PAULA, S. G. DE. CARTA DO EDITOR. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 1, n. 2, p. 5-6, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701995000100001>. Acesso em: 19 out. 2023.

PENIDO, S. O. C. Carta do editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 14, p. 7-9, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000500001>. Acesso em: 19 out. 2023.

PORTO, C. L. Escritas de si e de uma doença: um estudo sobre produções de caráter biográfico e autobiográfico de ex-portadores do mal de Hansen. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 26, n. 3, p. 889-915, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000300010>. Acesso em: 05 set. 2023.

REIS, A. C. N. *et al.* Impacto da pandemia de COVID-19 no cuidado continuado da hanseníase: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. e339111436490, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36490>. Acesso: 01 nov. 2023.

ROBERTSON; J. Editor's note. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400001>. Acesso em: 19 out. 2023.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. V-VI, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SANTOS, V. S. M. Pesquisa documental sobre a história da hanseníase no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 415-426, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400019>. Acesso em: 05 set. 2023.

SANTOS, L. A. DE C. Carta ao editor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 17, n. 2, p. 555-556, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000200022>. Acesso em: 19 out. 2023.

SCIELO. SciELO, 2023. **Sobre o periódico**. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/hcsm/about/#about>. Acesso em: 19 out. 2023.

SCHWEICKARDT, J. C.; XEREZ, L. M. DE. A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 22, n. 4, p. 1141-1156, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400003>. Acesso em: 05 set. 2023.

SILVA, A. F. C. DA; CUETO, M. Carta dos Editores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 23, n. 4, p. 935-936, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000400001>. Acesso em: 19 out. 2023.

SILVA, M. V. P.; AULER, M. S.; SILVA, C. H. Padrão de autoria do campo das ciências humanas e sociais da saúde: uma análise da revista **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 6., 2018, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: UFRJ, 2018, p. 107-114. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327033641_Anais_do_6_Encontro_Brasileiro_de_Bibliometria_e_Cientometria_6_EBBC_A_Ciencia_em_Rede_Trabalhos_de_varios_autores_Obra_compilada_pela_Comissao_Organizadora_do_evento. Acesso em: 19 out. 2023.

VIMIEIRO-GOMES, A. C.; WEGNER, R.; SOUZA, V. S. DE. CARTA DOS EDITORES CONVIDADOS. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 23, p. 7-14, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000500001>. Acesso em: 19 out. 2023.

WHITE, C. Carville and Curupaiti: experiences of confinement and community. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, p. 123-141, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000400006>. Acesso em: 05 set. 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Nicole Rodrigues de Magalhães: contribuiu significativamente para a metodologia, organizando e aplicando os procedimentos de coleta e análise de dados. Além disso, participou ativamente da discussão dos resultados e da redação das seções correspondentes.

Márcia Maria de Medeiros: Responsável pela concepção da pesquisa, definição da problemática e formulação dos objetivos do estudo. Atuou na revisão da literatura e na elaboração da introdução, garantindo a fundamentação teórica do trabalho.